

ARTIGO

Sociedade civil e lutas sociais: tolerância-intransigência ou intolerância- intransigência?¹

*Civil society and social movements: tolerance-intransigence
or intolerance-intransigence*

Ivete SIMIONATTO²
Sabrina Aparecida da SILVA³

Resumo: O trabalho objetiva apresentar as formas de organização da sociedade civil no campo da classe trabalhadora e suas formas de resistência na realidade brasileira. Tem como recorte um estudo do campo sindical com destaque para a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) como recorte do projeto de pesquisa *Estado, Sociedade Civil e Lutas Sociais: uma análise gramsciana do Brasil no período de 2003-2010*, desenvolvido no Núcleo de pesquisa Estado, Sociedade Civil Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP/UFSC). Neste estudo busca-se apontar as principais lutas no campo social e político empreendidas pela Conlutas e a importância do Serviço Social no fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Sociedade civil. Luta de classe. Sindicato.

Abstract: This paper aims to present the forms of civil society organization in the field of working class and their forms of resistance in the Brazilian reality. Its cut out a study of the trade union field with emphasis on the National Coordination of Struggles (Conlutas) as clipping of the research project *State, Civil Society and Social Struggle: A Gramscian analysis of Brazil in the period 2003-2010*, developed at the Center for Research State, Civil Society Public Policy and Social Work (NESPP / UFSC). This study seeks to point out the main struggles in the social and political Conlutas undertaken by Social Work and the importance of strengthening the social movements of the working class.

Keywords: Civil society. Class struggle. Union.

Submetido em: 17/3/2012

Aceito em: 30/4/2012

¹ Título do artigo de Gramsci *Intransigência-tolerância, intolerância-transigência* (2004).

² Pós-Doutora pela European University Institute (Florença). Professora Adjunto II da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: < ivete.simionatto@pq.cnpq.br >.

³ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: < sabrina.ufsc@gmail.com >.

1 Introdução

A década de 1990, sob a ofensiva material e ideológica do grande capital, promoveu, sem dúvida, transformações profundas não apenas na estrutura produtiva, mas também nas relações entre Estado e sociedade. No âmbito da sociedade civil⁴, ao lado do esvaziamento das formas coletivas de representação e luta das classes subalternas, registra-se o crescimento de organizações de caráter corporativo e particularista, que, a despeito do significado de suas ações sociais, passaram a debilitar o processo democrático do país. Conforme demarca Netto (2004, p.20), desde os anos 1990 vive-se, na realidade brasileira, a “[...] redução da vitalidade dos movimentos das classes e camadas subalternas, que se expressa na perda de ponderação de movimentos sociais capazes de colocar em pauta algo mais que reivindicações pontuais e particularistas”.

É possível afirmar que nas duas últimas décadas os fundamentos e pressupostos do pensamento neoliberal tornaram-se hegemônicos na realidade brasileira, a despeito da incorporação de algumas demandas dos *de baixo*. Assumidos pelos governos, em diferentes conjunturas, essa perspectiva tem se expressado em inúmeras estratégias, destinadas a “[...] legitimar o consenso em torno da sociabilidade burguesa” (NEVES, 2005, p.43), deslocando a sociedade civil, de

campo predominantemente político-estatal, espaço de lutas democráticas e construção de novas hegemonias, para uma esfera de cooperação, de gestão da crise e substituição das funções estatais. No governo Lula, fortaleceu-se essa concepção ideológica e pragmática, abolindo-se preocupações com uma reforma *ético-política do aparato estatal* com vistas à dinamização da esfera política, minimizando-se a criação de novos mecanismos de participação popular visando a incluir na esfera estatal as proposições dos institutos de representação coletiva, debilitados e enfraquecidos ao longo dos últimos decênios.

Destarte, no cenário brasileiro, a adoção do projeto neoliberal e a sedimentação da *mentalidade privatizante*, fortaleceu a concepção de sociedade civil como sujeito de cooperação, uma visão homogeneizante e despolitizadora das relações entre Estado e sociedade, eliminando os conflitos e a disputa de projetos de classe, substituídos pela perspectiva da renovação democrática, do capital social, do empoderamento e da governabilidade. A sociedade civil despolitiza-se, deixa de configurar-se como terreno da *grande política*, de sujeitos coletivos que buscam interpelar e alterar o Estado, transformando-se em arena desqualificadora de vocalização das demandas sociais.

Nos governos anteriores, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única de Trabalhadores (CUT) foram os principais sujeitos coletivos de representação política das demandas dos movimentos

⁴ A sociedade civil utilizado neste estudo está fundada no pensamento gramsciano, ou seja, entendida como espaço de luta de classes, disputa do poder e de novas hegemonias.

sociais e das classes subalternas, uma espécie de intérpretes na esfera da política, das reivindicações dos movimentos do campo político-popular e democrático. Nos dois últimos mandatos presidenciais de Lula da Silva, assistimos a uma colagem do partido e da CUT ao governo, confundindo-se com a própria política praticada no âmbito governamental. Perdeu-se, com isso, uma das mediações importantes de universalização de interesses e demandas das classes subalternas, de defesa de propostas contra-hegemônicas, especialmente no campo das políticas públicas e na ampliação dos espaços de participação, uma vez que partidos e sindicatos desempenham um relevante papel no processo de universalização de interesses. Outros movimentos sociais e esferas de representação coletiva também foram capturados pelos pressupostos ideológicos e políticos do governo, num evidente processo de transformismo, "[...] que assinala a passagem de grupos inteiros" (GRAMSCI, 2002, p. 286) ao grupo no poder.

Esse processo crescente na atual conjuntura, acarreta consequências visíveis na formação de identidades de classe e na formulação de projetos coletivos, fortalecendo as lutas econômico-corporativas e particularistas, desestruturando as classes sociais, enfraquecendo sua capacidade de mobilização e, conseqüentemente, esvaziando a política em sentido amplo em nome da hegemonia da "pequena

política"⁵. Especialmente no campo sindical, a ofensiva do capital atingiu em cheio as organizações sindicais, colocando-as "[...] cada vez mais na defensiva [...]" e permeadas por "[...] uma perspectiva ideológica típica de um sindicalismo neocorporativo e de participação, com claros contornos neoliberais" (ALVES, 2003, p.17).

Mesmo em uma conjuntura desfavorável, o crescente descontentamento com as diretrizes econômicas, políticas e ideológicas do governo tem evidenciado, especialmente nos últimos anos, a rearticulação de forças do campo democrático-popular na interpelação do Estado e no encaminhamento de propostas e lutas em contraposição às orientações governamentais. Frente ao agravamento das desigualdades, sujeitos políticos ligados às classes subalternas têm articulando propostas com vistas ao redirecionamento das lutas da sociedade civil da esfera meramente "liberal-corporativa" para um campo de denúncia e de resistência e de ações mais incisivas, mesmo que em uma conjuntura desfavorável à articulação coletiva da classe trabalhadora.

⁵ Conforme Gramsci (2000, p.21) no *Caderno 13 do Cárcere* em suas *Notas sobre o Estado e a Política de Maquiavel*, "[...] a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais". A pequena política, ao contrário volta-se para "[...] questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política".

2 A CONLUTAS: resistência e rebeldia

A Conlutas foi fundada em maio de 2006 no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado em Sumaré (SP) com a presença de centenas de entidades de todo o país. Surgiu como uma alternativa de reorganização das lutas dos trabalhadores com independência de classe e socialista ante a eleição do governo Lula e sua opção por governar de acordo com o modelo econômico neoliberal e levar adiante projetos de contrarreforma e desmonte dos direitos sociais, sendo exemplar a Reforma da Previdência. É certo, também, que o transformismo verificado na política do governo Lula cooptou boa parte dos movimentos sociais como a CUT, o movimento estudantil, e até setores do MST os quais, contemplados com verbas públicas, assumiram uma postura de neutralidade frente à política social-liberal do governo (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009). Ainda assim, nas pautas do MST e da Conlutas permanecem as frentes combativas de luta pela reforma agrária, pela defesa da terra e por um projeto de sociedade socialista. Conforme indicam Abramides e Cabral, (2009, p.737) a conjuntura social, política e econômica do governo Lula alterou de forma significativa, a organização sindical dos trabalhadores, pois, a CUT deixou de ser a "grande referência do polo mais combativo do movimento sindical", tornando-se um aparelho privado de hegemonia burocratizado e governista. A nova aposta se coloca no sindicalismo combativo que busca unificar as lutas em

frentes classistas como a Conlutas, e a Intersindical.

A Conlutas surgiu como uma coordenação aberta à participação de qualquer entidade da sociedade civil do campo democrático-popular. Está composta, prioritariamente, por entidades sindicais, mas também organizações populares, movimentos sociais e estudantis, das mulheres, dos negros e negras e dos homossexuais. Por isso, parte de suas lutas são decorrentes das demandas desses setores, abarcando suas bandeiras e procurando ressaltar o caráter classista dessas mobilizações. Além disso, busca estabelecer relações internacionais com organizações de trabalhadores e de movimentos sociais por entender que é fundamental a unidade das lutas a partir da solidariedade ativa entre a classe trabalhadora de todo o mundo. O artigo 6º do seu estatuto indica que:

Poderão filiar-se à Central as entidades sindicais, oposições e minorias sindicais, organizações de trabalhadores desempregados e desempregadas, de aposentados e aposentadas, movimentos populares urbanos e rurais, organizações do movimento estudantil e movimentos de luta contra as opressões, que serão tratados neste Estatuto pela expressão "Associado(s)". (Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto/>>. Acesso em: 15 março 2012).

A entidade atua ativamente na luta dos trabalhadores da América Latina, posicionando-se contra as reformas neoliberais, o modelo econômico do governo Lula, o imperialismo norte-americano e as consequências da

globalização capitalista. Uma de suas principais atividades internacionais foi a realização do Encontro dos Trabalhadores Latino-americanos e Caribenhos (ELAC) em julho de 2008, em Betim - MG, cujo objetivo foi unificar as lutas da região e construir uma estratégia conjunta de reação ao capitalismo a partir de uma perspectiva de transformação social.

Da mesma forma, em nível nacional, a Conlutas construiu um diálogo com outros grupos sindicais e populares com o intuito de unificar e fortalecer a luta no país e de estabelecer uma central sindical expressiva para fazer frente à CUT. Desse esforço resultou o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) ocorrido em junho de 2010 em Santos (SP), também intitulado *Congresso de Unificação*.

Juntamente com a Conlutas, as demais entidades convocantes do CONCLAT foram as centrais sindicais: Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (INTERSINDICAL), Movimento Avançando Sindical (MAS) e os movimentos populares: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Terra Livre (MTL) e Pastoral Operária (PO). Apesar dos esforços, não ocorreu, no congresso, a unificação dos grupos sindicais MAS e INTERSINDICAL com a Conlutas, porém os movimentos sociais MTST e MTL, Movimento Mulheres em Luta, Movimento Quilombo Raça e Classe, e também a entidade estudantil Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL) inseriram-se na entidade

dando início a uma nova Central Sindical e Popular intitulada CSP-Conlutas. Esta foi fundada no CONCLAT acima mencionado, debilitando e dividindo, conseqüentemente, o movimento.

A partir de 2010 a CSP-Conlutas define-se como "[...] uma organização sindical e popular brasileira que se propõe a construir uma alternativa de luta à CUT, à UNE e ao MST, considerando que tais movimentos tem sido tolerantes com as políticas do governo Lula. A CSP-Conlutas composta atualmente, por mais de 140 sindicatos e 2 milhões de trabalhadores. De acordo com seus fundadores essas organizações não mais representariam os trabalhadores e a base dos sindicatos e movimentos "por sua estreita ligação ao governo [...]", "[...] pelos seus métodos burocráticos [...]" e por não "[...] defender conseqüentemente os trabalhadores [...]". (Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/>>. Acesso em: 15 março 2012).

A organização interna da Conlutas até 2010, compreendia: o Congresso Nacional, instância máxima de decisão, acontece a cada 2 anos. É composto por delegados eleitos por todas as entidades sindicais, movimentos populares, movimentos sociais, organizações de aposentados, organizações da juventude e assembleias de filiados individuais que participam da Conlutas. No congresso é formada a Coordenação Nacional, composta por entidades, que se reúnem a cada dois meses. Os cargos na Secretaria Executiva Nacional da entidade são revogáveis, nos termos do

Estatuto, a qualquer momento. Os representantes são indicados pelas entidades nas quais atuam, podendo ser substituídos por decisão soberana destas mesmas entidades.

Desde a fundação da Conlutas até o ano de 2010, inúmeras mobilizações ocorreram pelo país sob a sua organização ou com sua participação efetiva. Entre elas, a campanha contra as demissões e a retirada de direitos provocadas pela crise econômica mundial, principalmente na Vale e na General Motors. Houve ainda a campanha pela reestatização da Embraer, a defesa da Petrobrás 100% estatal, campanhas salariais e greves em todo o país, dois Congressos Nacionais, além da luta por moradia, educação e saúde públicas e de qualidade. Obteve também vitórias em eleições sindicais e novas entidades se filiaram.

Defende como princípios: a *Autonomia*: independência do governo, do Estado e dos partidos políticos; a *Democracia Operária*: sendo seu princípio fundamental, visto que, a entidade sindical entende que somente através da ampla e democrática participação da classe trabalhadora, será possível avançar na organização efetiva da classe; o *Internacionalismo*: defende a unificação e internacional da classe trabalhadora. A organização sindical, atua ativamente na América Latina, contra os ataques neoliberais, imperialistas e contra as consequências da 'mundialização' do capital. E por último, a entidade vislumbra em suas lutas cotidianas, o

Socialismo como forma de transformação social.

Para entender este movimento social de forma aprofundada em relação às lutas encampadas durante o governo Lula, foi importante dividi-las em dois eixos: luta social, que se expressam em lutas por direitos sociais específicos; e luta política, ligada a uma luta mais ampla e estrutural, crítica ao sistema capitalista.

No entanto, a Conlutas é incisiva na vinculação entre as demandas imediatas e suas lutas econômicas à luta política geral contra o capitalismo. Conforme afirmação da entidade, as lutas nos campos econômico e político são partes da luta por um novo projeto societário. Esta deve ser a perspectiva das lutas econômicas travadas a partir dos sindicatos e movimentos populares. Sem essa perspectiva, a luta imediata se perde no sindicalismo economicista, na luta econômico-corporativa e reformista (GRAMSCI, 2000).

Gramsci (2000, p. 40-42) nos oferece elementos importantes ao analisar como as lutas dos trabalhadores situadas no campo meramente econômico corporativo podem, mediante um processo de lutas atingir o campo ético-político. Ao analisar a correlação de forças sociais indica que “[...] o primeiro e mais elementar [...]” momento de luta “[...] é o econômico-corporativo [...]” onde não se observa ainda “[...] a unidade do grupo social mais amplo[...]”. O segundo momento “[...] é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mais ainda

no campo meramente econômico [...]”. Já o terceiro momento indica como se supera “[...] o círculo corporativo de um grupo meramente econômico [...]”, e de que forma são congregados “[...] os interesses de outros grupos subordinados [...]”, sendo esta

[...] a fase mais estritamente política que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000, p. 41).

Em suas reflexões Gramsci evidencia a ineliminável relação dialética entre luta social e luta política mais ampla. Se a luta social abarca a expansão de direitos sociais, isso evidencia que estes “[...] vão sendo progressivamente conquistados”, impondo-se ao Estado, a incorporação também das demandas formuladas pelas classes subalternas (DURIGUETTO, 2007, p. 53).

A luta política é conceituada neste trabalho por meio da concepção gramsciana de *grande política*. Para o pensador italiano, a grande política está relacionada à “[...] reorganização radical do Estado [...]” e “[...] compreende as questões ligada à fundação de novos

Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2000, p. 21). A pequena política “[...] compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 21).

Conforme assevera Marx, o movimento social não “exclui o movimento político. Não há jamais movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social” (MARX, 1985, p. 160). Para Marx a política que organiza, dá direção e administração da sociedade não se reduz ao Estado, apesar da ordem burguesa ter como núcleo do poder político o próprio Estado. Em outras palavras, a luta política diz respeito à construção de uma nova hegemonia, sendo esta intrínseca à luta de classes.

É no campo da política que devem ser travadas as lutas pela realização dos interesses universais dos trabalhadores. A emancipação do proletariado seria obra de sua própria ação política coletiva organizada. São suas instâncias político-organizativas, como o partido, que desenvolveriam a passagem da consciência de ‘classe em si’ para a de ‘classe para si’ (DURIGUETTO, 2007, p. 52).

A noção de *classe em si à classe para si*, tematizada por Marx e Engels tanto no *Manifesto do Partido Comunista*, quanto no *O 18 Brumário* (1987), tem a mesma perspectiva analisada por Gramsci (2000, p. 41-42) ao se referir à passagem do “[...] momento econômico-corporativo ao

momento ético-político [...]”, quando ocorre a expansão máxima das classes subalternas e cujo “[...] desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’”. Nesse sentido “a ação contra o domínio do capital em busca do

socialismo deve articular luta social e luta política em um complexo indissociável” (ANTUNES, 2011, p.70).

No quadro a seguir, procuramos identificar as principais lutas nos campos social e político travadas pela organização sindical Conlutas da sua fundação até 2010, seus objetivos e estratégias de ação:

Principais lutas: período 2006-2010		
Lutas políticas	Objetivos	Mecanismos e estratégias de luta.
<ul style="list-style-type: none"> - Defesa do socialismo; - Superação do capitalismo e do neoliberalismo; - Rompimento com FMI e com dominação imperialista - Visão classista e socialista na preservação do meio-ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defender o socialismo; - Lutar contra o capitalismo e o neoliberalismo; - Confrontar o Estado; - Apoiar a luta dos movimentos sociais; - Defender a unidade latino-americana e da classe trabalhadora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas contra o neoliberalismo e o imperialismo: ato contra vinda de Bush ao Brasil, <i>Jornada contra Bush e o imperialismo</i>; campanha pelo não pagamento das dívidas externa e interna.
<ul style="list-style-type: none"> - Contra corrupção no governo; - Contra reformas neoliberais e privatizações; - Reforma urbana com investimento público e controle dos trabalhadores; - Reforma Agrária com fim do latifúndio e do agronegócio e com políticas públicas, e financiamento para o pequeno produtor; 		<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas contra privatizações e reformas políticas neoliberais: atos contra a privatização e desnacionalização do gás e do petróleo, Encontro Nacional Contra as Reformas, Plebiscito sobre a Vale, o pagamento das dívidas interna e externa e tarifa de energia elétrica, campanha pela reestatização da Embraer.; - Manifestações e atos contra a corrupção no governo: ato contra corrupção e mobilizações para exigir o Fora Sarney; - Atos sobre reforma urbana e moradia.
<ul style="list-style-type: none"> - Fim da violência policial; - Contra a criminalização dos movimentos sociais; - Pela reintegração de todos os demitidos políticos e retirada de todos os processos; - Fim de toda forma de opressão e discriminação 		<ul style="list-style-type: none"> - Atos contra a violência em São Paulo referente aos embates entre PCC e Polícia Militar; - Posicionamento em favor de movimentos sociais: nota contra a CPI do MST; - Atos, manifestações e seminários sobre a descriminalização dos movimentos sociais: Carta <i>Não há democracia num país que criminaliza as</i>

racial, sexista e homofóbica.		<i>lutas sociais;</i> - Atos e manifestações contra a opressão e discriminação racial, sexista e homofóbica.
- Internacionalismo ativo: toda solidariedade ao povo haitiano com a retirada das tropas de intervenção.		- Articulação internacional: campanha pela retiradas das tropas do Haiti; Realização do Encontro Latino-Americano e Caribenho dos trabalhadores (ELAC).
Lutas Sociais	Objetivos	Mecanismos e estratégias de luta.
- Defesa dos direitos trabalhistas e sociais; - Defesa de emprego para todos e jornada de 36 hs semanais; - Defesa de salários dignos, fortalecimento e unificação das campanhas salariais e salário mínimo do Dieese; - Contra a reforma da Previdência; - Contra a terceirização em empresas privadas e no serviço público.	- Defender a unidade latino-americana e da classe trabalhadora; - Construir uma alternativa à CUT para a organização sindicalista.	- Campanha para impedir aprovação do projeto SuperSimples, que representa uma séria ameaça aos direitos trabalhistas; - Dia Nacional de Luta, em unidade com centrais sindicais; - Ato em protesto contra o aumento salarial dos deputados e senadores; - Campanhas salariais por categoria; - Organização de marchas e campanhas pela anulação da reforma da Previdência, reajuste salarial e fim do fator previdenciário; - Elaboração de documentos e cartas ao Presidente, Ministros e Congresso.
- Defesa dos serviços públicos: saúde (contra <i>fundações estatais</i>), educação (contra o REUNI), transporte (defesa do passe livre para estudantes e desempregados), moradia e lazer.		- Nota sobre reajuste da tabela do Imposto de Renda; - Campanha contra a privatização do metrô de SP e garantia de segurança na Linha 4. - Ato <i>Os trabalhadores não vão pagar pela crise</i> - Abaixo-assinado em defesa das bandeiras trabalhistas
-Contra a transposição do rio São Francisco.		- Campanha contra transposição do rio São Francisco
- Formação política; - Exercício da democracia operária.		- Organização de cartilhas e seminários de aprofundamento teórico; - Organização da base através de formação política, participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho e eleição de Delegados Sindicais.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

As lutas no campo social e político da classe trabalhadora presentes na agenda da Conlutas revelam as dificuldades que os institutos coletivos de classe enfrentam na atual conjuntura, em uma correlação de forças totalmente

desfavorável aos trabalhadores. Apesar de algumas bandeiras da luta política apontarem a preocupação com a superação do capitalismo, as ações evidenciam mais uma atitude de protesto do que de alteração à ordem do capital. Ganha mais relevo a luta social na defesa de direitos e interesses dos trabalhadores, pois, nestes tempos neoliberais e de *capitalismo selvagem* os mesmos devem ficar a mercê das leis do mercado. Além disso, a *nova morfologia do trabalho* no século XXI, necessita de novas formas combativas e organizativas no âmbito do movimento sindical contemporâneo frente às transformações no mundo do trabalho e nas relações sociais entre trabalhadores empregados 'estáveis' e os precarizados (terceirizados, informais, etc), buscando-se formas alternativas de articulação com a classe trabalhadora (ANTUNES, 2011).

No que se refere às lutas sociais ocorreu no governo Lula, o aprofundamento dos programas do governo anterior, assumindo maior destaque os programas focalizados de combate a pobreza como é o caso do Bolsa Família. Enquanto os gastos em saúde entre 2002 a 2006 passaram de 45,2% para 38,6%, na assistência social passou-se de 9,9% para 20,5 % entre os anos de 2000 a 2006. Não há dúvidas de que o governo Lula, em certa medida, ampliou a Política de Assistência Social com a unificação dos programas de redistribuição de renda "transformando a luta social contra a miséria e contra a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas" [...] o Programa Bolsa Família garantiu a maciça adesão dos setores

mais depauperados das classes subalternas brasileiras ao projeto do governo". Embora seja imperioso reconhecer esta perspectiva reformista em favor de algumas demandas das classes subalternas, não foram alteradas, na realidade brasileira, a concentração de renda com uma crescente "[...] reprodução das desigualdades entre as classes sociais quando comparada aos incrementos de rendimento dos que vivem da propriedade de ativos como títulos, imóveis, etc". (BRAGA, 2010, p. 8-9). Além disso, a saúde pública sofre com a falta de recursos o que acarreta a demora de atendimentos, a falta de medicamentos, a redução de leitos e, portanto, uma forte tendência na restrição na saúde pública universal (BERING; BOSCHETTI, 2007).

Essa conjuntura incidiu diretamente na agenda de lutas dos movimentos sociais, pois em um período de retração de direitos ampliaram-se as demandas de diversas camadas da classe trabalhadora, tanto no campo como na cidade, conforme revelam os dados levantados sobre as ações da Conlutas no período. Na sua recente trajetória a Conlutas, agora CSP-Conlutas, assume em sua pauta a "atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora", tendo, contudo, "como meta o fim de toda forma de exploração e opressão" na perspectiva "de construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras". (Disponível em: <
<http://cspconlutas.org.br/quem->

[somos/historia/](#)>. Acesso em 18 março 2012).

3 Considerações finais

Apesar da luta das organizações da sociedade civil, representante dos grupos subalternos como é o caso da CSP-Conlutas é possível concluir que ainda há muito que avançar para a "[...] unidade de todos os setores combativos dos movimentos sindicais, populares, de luta contra a opressão, da juventude classista de nosso país, numa mesma organização nacional". Certamente este é um objetivo de longo prazo que demanda, no dizer de Gramsci, a construção de alianças e consensos com todas as camadas de classe que defendem o mesmo projeto de sociedade, articulados em uma "[...] vontade coletiva nacional-popular". A ausência de unificação ocorrida em 2010, constitui-se, sem dúvida, em um entrave no processo de formação de contra-hegemonias contra o projeto capitalista dominante. Não ocorreu ainda, neste momento, "[...] uma fusão das mentes e das vontades" (GRAMSCI, 2004, p.120) no sentido ético-político. Este objetivo, porém, é de longo prazo e se coloca como possibilidade e não como certeza, dependendo da correlação de forças em cada conjuntura, das condições objetivas e da vontade dos sujeitos políticos. Aqui, a intransigência e a intolerância são pedras fundamentais para "[...] a formação de uma vontade única, uma maturidade de pensamento" (GRAMSCI, 2004, p.118).

Em relação ao Serviço Social "[...] uma das dimensões do projeto ético-político profissional está relacionado a participação dos assistentes sociais na radicalização da democracia, o que passa pelo fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora" (BOSCHETTI, 2009, p.747.). Neste campo, vale salientar a relevância das ações profissionais desenvolvidas em organizações da sociedade civil, vinculadas aos interesses das classes e camadas subalternas, junto aos movimentos sociais e populares, em suas formas de organização, contestação e resistência, bem como na luta pela defesa de direitos conquistados. Estes constituem-se em espaços de democratização e aprendizado políticos, "[...] imprescindíveis para que seus sujeitos enfrentem a grande política" (NETTO, 2004, p.78), convergindo as vontades particulares às instâncias universalizadoras da política, ou seja, à perspectiva da totalidade social. Em outras palavras, importa pensar, a partir do fio teórico-analítico gramsciano, a particularidade do projeto profissional e sua vinculação aos projetos societários. Cabe observar que, se para Gramsci, as lutas travadas no âmbito da sociedade civil não se reduzem à conquista de direitos de cidadania e à expansão do debate democrático, sua defesa intransigente tem implicações concretas na contraposição ao projeto burguês, à diminuição das barreiras coercitivas do Estado e, inegavelmente, no fortalecimento da práxis política coletiva com vistas à construção de uma nova hegemonia.

4 Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. O Significado do Papel Político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS - 1979. **Serviço Social & Sociedade**, v. 100, p. 728-739, 2009.
- ALVES, Gionavi. **Limites do sindicalismo** – Marx, Engels e a Crítica da Economia Política. Bauru: Ed. Praxis, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BERING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).
- BOITO, Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: **OSAL: Observatório Social da América Latina**. Buenos Aires: Clacso, Año 10, n.26, out. 2009.
- BOSCHETTI, Ivanete. Começaria Tudo Outra Vez Se Fosse Preciso. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v 100, p. 740-749, 2009.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Intransigência-Tolerância, Intolerância-Transigência. In: **Escritos Políticos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed: Civilização Brasileira, 2004. v. 1, p.118-121.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.
- MARX, Karl. **A Miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004, p.61-84. Política Social 2.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.